Olhar a Cidade

Contribuições para a Etnografia dos Espaços Urbanos

Urpi Montoya Uriarte

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/774>

DOI: 10.4000/pontourbe.774

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Edição impressa

ISBN: 1981-3341

Referência eletrónica

Urpi Montoya Uriarte, « Olhar a Cidade », *Ponto Urbe* [Online], 13 | 2013, posto online no dia 31 dezembro 2013, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/774> ; DOI : 10.4000/pontourbe.774

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© NAU

Olhar a Cidade

Contribuições para a Etnografia dos Espaços Urbanos

Urpi Montoya Uriarte

AUTHOR'S NOTE

Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012 em São Paulo, SP, Brasil.

- 1 Nos meses de fevereiro e março de 2012, Milton Júlio de Carvalho Filho e eu desenvolvemos uma pesquisa no centro da cidade de Salvador cujo objetivo era apreender e interpretar a relação dos transeuntes da Avenida Sete de Setembro com esse espaço central. As perguntas que queríamos responder eram: quem são esses transeuntes? Como usam esse espaço? Quais poderiam ser as principais variáveis para entender os usos conferidos a tais espaços pelos seus transeuntes-usuários?
- 2 O tema dos transeuntes implicou um grande desafio na hora de concebermos o trabalho de campo: sendo tantos e sendo tão difícil abordá-los na atual conjuntura urbana de medo e desconfiança e, mais inviável ainda, sentar e conversar calmamente com eles, como saber quem são eles, como significam o espaço, por que o usam de uma forma e não de outra? Como trabalhar com um grupo de contornos tão movediços e instáveis, se é que os transeuntes podem ser considerados efetivamente um grupo? Como trabalhar quando os inquietos e expansivos não são precisamente os pesquisadores (que tradicionalmente eram os que viajavam até o campo e depois empreendiam a viagem de volta), mas os próprios sujeitos pesquisados¹?
- 3 Tradicionalmente, a chamada Antropologia urbana – concebida como uma Antropologia na cidade – estudou grupos de contornos definidos e em espaços demarcados, tais como os moradores de um bairro, uma família de imigrantes, uma galera de amigos que se reúne numa esquina ou uma torcida². Após algumas décadas, que lhe permitiram se olhar mais criticamente e conferir novos contornos a seu objeto, esta Antropologia conseguiu se pensar como uma Antropologia da cidade, isto é, uma na qual o espaço deixou de ser

percebido como simples cenário para se tornar “parte constitutiva do recorte de análise” (Magnani, 2002), uma que pensa, ao mesmo tempo, o espaço e as práticas dos grupos em tais espaços.

- 4 Não obstante, olhar simultaneamente espaço e práticas gera novos problemas metodológicos para uma forma de conhecer tradicionalmente produzida em e a partir de um diálogo. Com efeito, o método etnográfico foi criado para trabalhar olhando pessoas e dialogando com pessoas, para captar seu ponto de vista e, com este, elaborar um outro ponto de vista³. Mas, se o espaço passa a ser mais um interlocutor, como fazê-lo falar? A nossa resposta é: desenvolvendo um olhar particular sobre o espaço urbano. Essa foi a fórmula que encontramos e que colocamos em discussão nestas páginas. Assim, este artigo não descreve os resultados da etnografia realizada numa rua central da cidade de Salvador⁴, mas se debruça sobre alguns dos desafios metodológicos que enfrentamos ao desenvolver uma pesquisa urbana de espaços centrais. A reflexão sobre o olhar ocupa nele um lugar central: é preciso desenvolver um olhar disciplinado para ver a cidade e os ângulos devem ser os mais variados possíveis. O artigo se inicia, portanto, examinando as peculiaridades do olhar humano e da forma como temos olhado a realidade para, em seguida, determo-nos nas dificuldades que os moradores das cidades (e os pesquisadores) enfrentamos para olhar a cidade atual. Em seguida, propomos as características do que seria um olhar disciplinado para ver a cidade e algumas técnicas que, a partir de ângulos diversos, nos ajudem a enfrentar tais dificuldades. Finalmente, ultrapassando a questão metodológica, ousamos adentrar numa proposta teórica sobre como interpretar o que o olhar proposto nos mostra⁵.

O olhar

- 5 São muitos os autores que, desde a civilização grega até agora, têm refletido sobre o olhar e o ver. Não é nossa pretensão neste curto espaço discorrer sobre toda esta produção, apenas chamar a atenção para alguns aspectos que nos ajudem a entender melhor os limites do nosso olhar.
- 6 O olho tem um papel determinante para a espécie humana. Há um grande consenso sobre a importância da visão para a conformação do nosso cérebro. O uso de patas dianteiras como mãos teria levado ao desenvolvimento da visão que, por sua vez, teria propiciado o desenvolvimento do maior e mais complexo cérebro encontrado em todas as espécies animais. Mas essa importância efetiva não nos faz outorgarmos à visão uma reflexão proporcional. Conforme sustentado por Baxandall, “as capacidades de que somos mais conscientes não são aquelas que absorvemos, como todo mundo durante a infância, mas aquelas que aprendemos de modo formal, com esforço consciente: aquelas que nos têm sido ensinadas” (Baxandall, 1991: p. 46). A nossa sociedade não nos ensina a olhar, pelo menos não formalmente, e isso repercute na nossa absoluta inconsciência sobre a forma como vemos. As linhas que seguem nesta seção são um esforço de tornar consciente o que passa de forma totalmente despercebida para uma grande maioria das pessoas.
- 7 Começamos pela forma como, fisiologicamente, o olhar opera:
Um objeto reflete um desenho de luz sobre os olhos. A luz penetra nos olhos através da pupila, é concentrada pelo cristalino, e se projeta na tela que encontra atrás dos olhos, a retina. Esta é dotada de uma rede de fibras nervosas que, através de um sistema de células, transmite a luz a vários milhões de receptores os cones. Estes

cones são sensíveis tanto à luz quanto à cor, e reagem transmitindo ao cérebro informações relativas à luz e à cor. (Baxandall, 1991: p. 37)

- 8 No entanto, a forma como o cérebro irá interpretar essas informações já não é mais assunto fisiológico. Prossegue Baxandall:

A partir desse ponto é que o instrumento humano para percepção visual cessa de ser uniforme e varia de indivíduo para indivíduo. O cérebro deve interpretar a informação bruta relativa à luz e à cor que recebe dos cones, e isso com ajuda de habilidades inatas ou através de experiência. Testa os elementos relevantes segundo sua bagagem de modelos, categorias, hábitos de dedução e analogia – ‘redondo’, ‘cinza’, ‘liso’, ‘granulado’, por exemplo – e fornece uma estrutura e portanto um significado à fantástica complexidade de informações oculares. (Baxandall, 1991: p. 37,38)

- 9 Neste ponto, trata-se, pois, de bagagens culturais: para interpretar, usamos modelos, categorias e processos cognitivos aprendidos no meio no qual fomos socializados e enculturados. É isso que, no século XVII, o padre Antônio Vieira afirmara num sermão ao dizer “o olho não vê coisas, mas imagens de coisas que significam outras coisas”. Entre o olho e as coisas estão as imagens, que são o resultado da forma como fomos ensinados – em geral, de maneira absolutamente informal – a olhar, pois uma coisa é o olho enquanto órgão receptor e, outro, o olhar, enquanto “movimento interno do ser que se põe em busca de informações e de significações, que é propriamente o ‘olhar’.” (BOSI, 1988: p. 66). Simplificando, podemos dizer que o olho apenas é e o olhar é fabricado.
- 10 O olhar é, pois, fabricado para ver certas coisas, mas igualmente para não ver outras. Berger afirmou que “somente vemos o que olhamos. E olhar é um ato voluntário” (Berger, 1974: p. 14). Por ser um ato voluntário é que o padre Vieira pôde dizer “não vemos as coisas que vemos porque não olhamos para elas” (Vieira apud Theodoro, 1992: p. 85). Não basta termos olhos, termos luz, termos objetos, para se ver, é preciso querer ver. Historicamente, a evolução da visão humana obedeceu a fins práticos, vendo-se aquilo que era útil ver: “a visão é um processo de produção, a partir de imagens do mundo externo, de uma descrição que é útil para quem vê, e não juncada de informações irrelevantes” (Matsushima, 2001: 64). Segundo este autor, a nossa evolução como espécie nos ensinou, inicialmente, a ver o geral, e não o específico, para que, a partir desta visão, as diversas partes do corpo pudessem suprir suas necessidades e desempenhar suas funções.
- 11 Mas, ao longo da história, as formas de ver foram se modificando e adquirindo particularidades. Os diários e crônicas dos padres e conquistadores da América dos séculos XVI e XVII constituem um excelente material para entender a forma específica de ver desse período. Referindo-se especificamente a Colombo, a historiadora Janice Theodoro afirma que ele via “mais com a imaginação do que com a vista” (Theodoro, 1992: p. 43). As estratégias óticas que o cegavam, se é que podemos falar nesses termos, eram diversas, dentre as quais podemos citar, em primeiro lugar, um olhar apenas para as afinidades, ou seja, vendo ou as semelhanças ou as diferenças entre os chamados índios e os espanhóis, pressupondo que havia uma unidade entre as partes, um conjunto maior que abrangia todos eles. Em segundo lugar, se tratava de um olhar que procurava indícios: Colombo tinha uma hipótese a ser comprovada e tudo aquilo que servia nessa empreitada era descrito, não mencionando nada daquilo que não podia ser identificado (a flora, por exemplo). Em terceiro lugar, se tratava de um ver o que devia ser e não o que efetivamente era: “virtuoso e cortês, ele é capaz de deixar inscrito no seu diário, não o que ele viu na América, mas o seu ideal, do qual ele pretendia ser porta-voz” (Theodoro,

1992: p. 46). Finalmente, era um olhar barroco, que bastava com as aparências. A ênfase na aparência fala-nos de uma profunda suposição prévia de que o europeu conhecia o Outro, assim sendo, não havia necessidade de se aprofundar: “Este não se espanta com a cultura do outro, porque a seus olhos ela não tem valor próprio, diverso do seu, portanto o indígena não é, nem nunca foi um desconhecido.” (Theodoro, 1992:p. 48). Este achar que já se conhece o Outro porque ele, no fundo, não é Outro (nega-se a alteridade), é evidente no episódio, narrado por Bestard e Contreras (1987) sobre o surgimento do nome Yucatán para a conhecida península mexicana: perguntando aos nativos sobre o nome do lugar, estes teriam respondido algo que os espanhóis entenderam como Yucatán, e assim denominaram o lugar. Na verdade, o que eles disseram em sua língua foi “não te entendo”, mas os espanhóis não conseguiam entender que os indígenas, em uma língua própria deles e desconhecida pelos europeus, pudessem não os entender. Este exemplo demonstra muito bem como o esquema cognitivo é o que permite (ou não) a leitura de uma realidade observada. A identidade (e não a alteridade) compunha o essencial do esquema cognitivo do europeu até o século XVII.

- 12 A partir desse século em diante, pela enorme influência das ideias de Descartes, aprendemos a ver o mundo de maneira matemática: é um olhar “que dá impulso à segmentação, mensuração e quantificação dos movimentos do corpo e dá visibilidade às suas partes internas” (Miranda, 2001: 38). É a razão que vai comandar o ver, deixando o resto dos sentidos fora de qualquer interferência no ato de conhecer. Por isso, Merleau-Ponty afirmou que “desaprendemos a ver, a ouvir e, em geral, a sentir, para deduzir de nossa organização corporal e do mundo tal como concebe o físico aquilo que devemos ver, ouvir e sentir” (Merleau-Ponty apud Nóbrega, 2008: 142).

As dificuldades para olhar a cidade

- 13 Na seção anterior afirmamos que o olhar é fabricado. Referindo-se ao olhar (específico) dos antropólogos, o clássico artigo de Roberto Cardoso de Oliveira (2000) salienta de forma muito clara como ele é fabricado pelos anos de formação universitária, como se trata de um “olhar disciplinado”, “teoricamente domesticado”, “sensibilizado pela teoria disponível”. Além de uma grande dose de vocação – que não pode ser negligenciada –, a maneira de ver a realidade que o antropólogo tem advém da nossa formação teórica, da nossa leitura de muitas e longas etnografias que acabaram configurando uma certa lente, a lente antropológica: “Esse esquema conceitual – disciplinadamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico, daí o termo disciplina para as matérias que estudamos – funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração – se me é permitida a imagem.” (Cardoso de Oliveira, 2000: p. 9). A lente do olhar antropológico que aprendemos lentamente ao longo de nossa formação, nos direciona privilegiadamente para as pessoas, para a alteridade, para ver sinais de “algo” que sabemos que existe, mas não sabemos premeditadamente o que é⁶. O autor em questão cita o exemplo do que o antropólogo irá olhar ao entrar numa maloca: irá se deter, certamente, em quantos fogões há nela e nas características arquitetônicas da maloca porque as suas leituras lhe informam que esses são objetos e formas que irão lhe falar, por sua vez, de muitos outros assuntos.
- 14 Contudo, esse olhar do antropólogo é igualmente disciplinado para ver a realidade familiar do pesquisador? Esse olhar formado nos prepara o suficiente para olhar espaços urbanos, tais como as ruas, onde as pessoas são muitas, passam depressa, pouco se falam;

onde a alteridade não é espetacular (pelo menos fora das ruas de Nova York ou outras cidades multiculturais) e onde os sinais, dada a familiaridade do pesquisador com o espaço, parecem não existir? Com efeito, olhar os espaços urbanos, as ruas do centro de uma cidade, não é tarefa fácil. Enumeremos alguns fatores que tornam este olhar algo ainda a ser fabricado.

- 15 Em primeiro lugar, a rotina. Ela não nos deixa olhar os lugares porque torna o espaço homogêneo. Vemos de forma homogênea e, por isso, disciplinar o olhar na cidade se torna um ver lugares. Lucrécia Ferrara é quem nos ensina a relação entre o ver e a homogeneidade do espaço ao afirmar que “usos e hábitos, reunidos, constroem a imagem do lugar, mas sua característica de rotina cotidiana projeta, sobre ela, uma membrana de opacidade que impede sua percepção, tornando o lugar, tal como o espaço, homogêneo e ilegível, sem decodificação.” (Ferrara, 1993: p. 153). A rotina automatiza a percepção, impedindo qualquer estranhamento. Em contraste com o flâneurdo século XIX, que se surpreendia e chocava com a imagem urbana, o urbanita contemporâneo está submetido ao “hábito que automatiza a percepção e impede a apropriação da cidade pelo cidadão, essa doença a que, perplexos, assistimos corroer a imagem da metrópole moderna.” (Ferrara, 1993: p. 216).
- 16 Em segundo lugar, o olhar de passageiros. Nelson Brissac Peixoto escreveu com absoluta propriedade que
[...] o indivíduo contemporâneo é em primeiro lugar um passageiro metropolitano, em permanente movimento, cada vez para mais longe, cada vez mais rápido. Esta crescente velocidade determinaria não só o olhar mas sobretudo o modo pelo qual a própria cidade, e todas as outras coisas se apresentam a nós. A velocidade provoca, para aquele que avança num veículo, um achatamento da paisagem. Quanto mais rápido o movimento, menos profundidade as coisas têm, mais chapadas ficam, como se estivessem contra um muro, contra uma tela. (Peixoto, 1988: p. 361)
- 17 Vemos a cidade com um olhar já domesticado pela velocidade que acaba “achatando” a realidade observada. A perspectiva, isto é, a profundidade, que o olhar renascentista irá fabricar no século XVI, é, no século XXI, cada vez mais difícil de ver devido ao ritmo com que pessoas e coisas passam pelas nossas retinas. É preciso adquirir um outro ritmo, uma lentidão que nos permita ver para além das miragens velozes.
- 18 Em terceiro lugar, o olhar do transeunte. É preciso que o antropólogo urbano se despoje do olhar de morador e usuário, desse olhar que temos enquanto transeuntes de nossas próprias cidades. O transeunte passa pelas ruas e só vê, pois, como dizia Simmel, as cidades fizeram ele perder a capacidade de apreender os espaços com os outros sentidos. Isaac Joseph, referindo-se aos transeuntes, fala-nos da hipertrofia do olho:
Virginia Woolf e Georg Simmel definem o transeunte que vaga pela atrofia do sentido da orientação e pela hipertrofia do olho /.../ o transeunte é hipersensorialista. Daí sua freqüente sensação de entorpecimento, de saciedade, daí seu sonambulismo. De alguma maneira, esse é o preço que paga pelo seu contrato com a rua. Só toma posse dela pelo olhar. Só tem o direito de olhar. (Joseph, 2002: p. 48, 49)
- 19 O transeunte apenas vê, não olha porque não interpreta, importando-lhe apenas distinguir, após rápidos movimentos oculares, se ele se encontra em situações de “aparências normais” ou em “situações de alarme”. Nesse sentido, ele se enquadra muito bem na caracterização que Berger faz do nosso olhar: “Nunca olhamos só uma coisa; sempre olhamos a relação entre as coisas e nós mesmos (Berger, 1974: p. 14). Queremos apenas saber se podemos andar tranquilos ou devemos ficar alarmados, tal vez seja isso

que leva Isaac Joseph a afirmar que os transeuntes tendem a deter seu olhar nos rostos. De fato, segundo a neurociência, concentrar o nosso olhar em apenas algumas coisas, e, nessas coisas, em alguns aspectos delas, é um procedimento “normal” ou comum. É assim que o nosso cérebro funciona (agora): olhando alguns detalhes (o rosto, por exemplo) esupondo, imaginando,deduzindo e preenchendo o resto a partir dessas poucas informações⁷. Esta forma de operar acaba, no melhor dos casos, simplificando a realidade e, no pior deles, deturpando-a ao, por exemplo, identificar uma superfície como simplesmente “vazia”, percepção esta que encobre uma realidade mais complexa: “Isso é feito à custa de uma certa simplificação e de uma certa distorção: a propriedade peculiar da categoria ‘redondo’ encobre uma realidade mais complexa.” (Baxandall, 1991: p. 38).

- 20 Damos, pois, um significado ao que vemos, mas muitas vezes é um significado simplificado. Certamente, este olhar do transeunte é uma resposta à diversidade e complexidade de informações visuais que, na cidade, acaba por empobrecer a nossa visão: não sabemos o que ver, as imagens se sucedem uma após a outra, não há tempo do cérebro registrá-las e muito menos de interpretá-las, a imagem é a do caos. Há uma “disritmia entre o que se lê e o que se vê”, diz-nos Lucrecia Ferrara (1988: p. 33). Os espaços urbanos centrais apresentam uma multiplicidade de estímulos para o transeunte e o pesquisador: estímulos visuais, tácteis, olfativos, sonoros, etc., que ocasiona um olhar disperso, obrigado a se movimentar constantemente acompanhando o ritmo acelerado do ambiente. “O que o receptor consegue ler com mais eficiência é exatamente aquela comunicação que não contraria seus pontos de vista e interesses” (Ferrara, 1988: 33). É preciso, assim, um grande esforço para olhar atentamente, disciplinadamente.
- 21 Em quarto lugar, a mudez ou baixa definição das linguagens não-verbais que compõem o ambiente urbano. As linguagens da arquitetura, do desenho dos equipamentos, da publicidade, das fachadas, da iluminação, dos gestos, dos ambientes, são “falas sem voz” porque se apresentam como um aglomerado de signos que interagem de forma caótica, sem ordem. Os traços, linhas, tamanhos, formas, volumes, movimentos, cores, texturas, sons, atuam “ao mesmo tempo e paradoxalmente, juntos e dispersos, visto que não há convenção que os organize /.../ uma fala sem voz porque marcada pela ausência de distinção dos elementos que a caracterizam” (Ferrara, 1988: p. 21). Os espaços centrais, precisamente por esta característica de “espaço de baixa saturação de dados” são potencialmente mais ricos já que permitem que o usuário “desempenhe uma operação perceptiva elaborada e verdadeiramente criativa, na medida em que é capaz de relacionar antigos estímulos informativos com índices pouco discriminados no universo que o envolve.” (Ferrara, 1993: p. 175). Mas, para isso, é preciso fugir da percepção mecânica ou automática para construir, fabricar um olhar.

O olhar disciplinado para ver a cidade

- 22 Nas linhas iniciais deste trabalho perguntávamos como fazer o espaço falar e adiantamos a resposta: mediante o desenvolvimento de um olhar disciplinado para vero espaço urbano, um que, seguindo o espírito iluminista, admita a necessidade de educar o olhar, adestrá-lo, armá-lo com lucidez e reflexividade para poder enfrentar a cegueira induzida socialmente e recuperar o direito de olhar (Rouanet, 1988).
- 23 Fazer o espaço falar supõe desenvolvermos aquele “olhar disciplinado” do qual Roberto Cardoso de Oliveira falava, mas disciplinado especificamente “para ver cidade”, isto é,

para contornar as quatro dificuldades para ver a cidade mencionadas na seção anterior – a rotina, a velocidade, a dispersão e a baixa definição das linguagens não-verbais. Propomos que esta disciplinarização deverá dar lugar a um olhar consciente, um olhar perseverante, um olhar em que os diversos sentidos estejam comprometidos e, finalmente, um olhar que consiga estranhar o que vê.

- 24 Por olhar consciente entendemos um olhar ciente que está olhando, consciente, portanto, da obrigatoriedade de fugir da leviandade, do imediatismo, das aparências. O olhar disciplinado para ver a cidade deverá distinguir aparência e essência⁸, se propondo a olhar sempre mais fundo, na busca por desentranhar significados que, por definição, não estão na superfície do visível.
- 25 O olhar perseverante, por sua vez, é aquele que sabe que olhar leva um tempo. Olhar a cidade é necessariamente um processo demorado, lento, que obriga o pesquisador a ver o espaço em inúmeras ocasiões, durante longos períodos de tempo, um dia após o outro. A pressa deverá ser o inimigo a ser combatido:

A atenção deve enfrentar e vencer a angústia da pressa. A atenção mora e demora no tempo, por isso é lenta e pausada como o respirar da ioga. Só na medida em que o olho se detém e permanece junto ao objeto, ele pode descobrir os seus múltiplos perfis (aspectos, visadas) e, ao longo do mesmo processo, recuperar a sua unidade em um nível mais complexo de percepção. (Bosi, 1988: p. 84)
- 26 O olhar disciplinado para ver a cidade deverá ser, pois, um olhar pedestre e lento⁹, despido do ritmo dos tempos modernos, capaz de deambular e flunar por horas sem achar que se está “ganhando” ou “perdendo” tempo.
- 27 Por outro lado, é preciso que o olhar disciplinado para ver a cidade não deixe de senti-la. Ele terá de ir, nesse sentido, na contramão do positivismo e do racionalismo, e admitir que o pensar não nasce apenas do olhar. Um olhar comprometido é um olhar que ama, que vê com paixão e não com indiferença, raiva ou desprezo. É preciso amar as ruas, partilhar desse sentimento tão bem expresso por João do Rio quando, em inícios do século XX, iniciava uma célebre conferência admitindo “eu amo a rua”. Só quem ama as ruas é capaz de por elas se perder e descobrir seus segredos¹⁰.
- 28 Finalmente, o “olhar disciplinado para ver a cidade” é um capaz de estranhar, isto é, capaz de instaurar uma distância: “não é possível ler o que não conseguimos estranhar. Essa distância estratégica entre o usuário-leitor e seu espaço diário na cidade permite-lhe ler, ver e descobrir.” (Ferrara, 1988: p. 15). Essa distância, segundo Gilberto Velho, não é necessariamente física: ela advém, sobre tudo, do confronto de diversas versões interpretativas. Com efeito, escrevia este autor, “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (Velho, 1987:131). O trabalho em equipe se torna, desta maneira, indispensável na cidade.

Os diversos ângulos para olhar os espaços urbanos

- 29 Nas seções anteriores vimos que o que os nossos olhos vêem depende da forma como olhamos e que, por isso, é preciso educar o olhar, principalmente em espaços tão densos como os espaços centrais. Contudo, o que vemos depende também do lugar onde estamos: “quem olha, olha de algum lugar”, diz-nos Marilena Chaui (1988: p. 35). Com efeito, o que vemos é relativo à nossa posição no espaço (e no tempo). Toda imagem é, portanto,

parcial. É um fragmento que precisa ser colocado ao lado de outros para que a totalidade (ou uma das totalidades possíveis) possa aparecer. Neste sentido, acreditamos que além de um olhar disciplinado para ver a cidade é preciso, também, de diversos ângulos desde os quais exercermos este olhar.

- 30 Propomos ser necessário, em primeiro lugar, o que chamamos de uma observação de cima. Os gregos davam o nome de skópos àqueles que observavam do alto e de longe. O seu olhar não se militava a vigiar, mas incluía igualmente o ponderar e refletir (Chauí, 1988). Certamente pela influência do olhar microscópico desenvolvido a partir do século XIX, temos associado o “olhar bem” com o olhar de perto, generalizando-se a crença segundo a qual quanto mais perto vemos, mais e melhor vemos. Eis um erro que precisamos corrigir, valorizando o olhar da distância. Só ela nos oferece a possibilidade de ver o panorama, o conjunto, a paisagem, o bosque e não a árvore. De cima, o olhar adquire perspectiva, isto é, profundidade, tanto física quanto reflexiva.
- 31 Na cidade, a altura permite uma visão particular: há coisas que se vêem de cima e não de baixo, como o volume do fluxo, as trajetórias curtas das pessoas (se fazem pausas, se entram em lojas, se cortam caminho) ou o ritmo geral e os ritmos dissonantes do andar dos transeuntes. Do alto é possível ver os desenhos em pedra portuguesa na calçada da Avenida Sete de Setembro no centro de Salvador, a altura diversificada dos prédios, as pessoas em conjunto e não individualmente. Não vemos os rostos, mas vemos os fluxos coletivos, vemos onde estão os aglomerados, onde há menos gente, vemos se esses fluxos são fluídos ou há paradas, vemos os espaços sombreados e os ensolarados, vemos trajetos, densidades, ritmos coletivos.
- 32 De longe, se vê coisas que de perto não se vêem. O olho humano é fantástico, no entanto, a nossa lente (ou, mais exatamente, o sistema de lentes composto de córnea, humor aquoso, cristalino) tem limites para adaptar distâncias focais e conseguir a nitidez esperada (Helene e Helene, 2011). Por isso, a visão distante precisa ser complementada com a visão da proximidade¹¹, num ângulo específico que chamamos de observação estática de baixo. Desde pontos fixos no nível do chão (tais como pontos de ônibus, padarias, praças, banquinhos de camelôs) podem ser captadas outras perspectivas. O nível dos detalhes aumenta, as vozes são ouvidas, os cheiros penetram pelas narinas. Neste nível, vêem-se pessoas mais do que coletividades, é possível observar seus rostos individualmente, seus ritmos particulares, seus semblantes de cansaço, agonia, medo ou relaxamento. O nível é o dos detalhes: os rostos nas calçadas, as vozes, as vestimentas, as sacolas que carregadas, as conversas comendo cachorro-quente, a socialidade na praça entre desconhecidos.
- 33 Usando esta técnica, o pesquisador deverá se policiar para não falar com as pessoas, apenas vê-las: seus gestos, seus percursos, seus ritmos. Os pesquisadores sentados ou imóveis, os transeuntes em movimento. Nós anotando tudo, eles passando. Para os antropólogos resulta bastante difícil ser apenas observador, mas esta é uma perspectiva que, somada às outras, pode oferecer um quadro mais complexo daquele oferecido trabalhando apenas com o relato das pessoas. Precisamos re-aprender a só olhar, olhar sem perguntar, olhar sem interagir, especialmente se quisermos entender os transeuntes: eles estão em movimento, muitas vezes com pressa, imbuídos em seus pensamentos, querendo chegar a um ponto. Estas condições tornam as conversas com essas pessoas muitas vezes, rápidas e superficiais e em condições tais de não-familiaridade que acabam dizendo, geralmente, o que elas acham que o pesquisador quer ouvir.

- 34 Mas trabalhar de forma estática deve necessariamente se complementar com a perspectiva do movimento. De forma geral, podemos afirmar que os antropólogos temos trabalhado sentados: ao redor de uma tenda, de uma fogueira, numa praça, numa esquina, a etnografia tem sido quase sempre um campo estático, pois somos pouco dados a locais atravessados, a pessoas em trânsito, a situações em movimento. Mas, etnografar os espaços urbanos só sentados não é admissível. Então, o terceiro ângulo proposto é o da observação móvel de baixo. Esta proposta consiste em seguir as pessoas em movimento, na tentativa de viver o espaço como eles o vivem, usando-o do mesmo jeito, isto é, no mesmo ritmo, fazendo as mesmas paradas, os mesmos trajetos. As pessoas são escolhidas aleatoriamente com o fim de verificar suas trajetórias e circulação pelo espaço estudado. Ao segui-las podemos nos surpreender com as suas finalizações de percurso, muitas vezes contrariando suposições feitas em função do perfil etário e de gênero, dos objetos levados nas mãos, da velocidade dos passos, entre outros aspectos. O que não é possível atestar de cima, verifica-se de baixo: nos mantendo imóveis, captamos certas imagens, seguindo as pessoas, captamos outras.
- 35 Finalmente, o quarto ângulo é o clássico de dentro e em profundidade, a técnica etnográfica por definição, conhecida como observação-participante. Cardoso de Oliveira salientou o quanto o ver devia ser complementado com o ouvir: “para dar-se conta da natureza das relações sociais mantidas entre as pessoas da unidade residencial – e delas entre si, em se tratando de uma pluralidade de malocas de uma mesma aldeia ou ‘grupo local’–, o olhar por si só não seria suficiente.” (Cardoso de Oliveira, 2000: p. 21). É indispensável, pois, conversar com as pessoas: em pé no ponto de ônibus, sentados na praça, andando com o transeunte, junto com os ambulantes fixos, percorrendo as ruas com os ambulantes móveis, ouvindo o que as pessoas têm a dizer e as informações que precisamos ter em função de cada pesquisa específica. Mas é importante frisar que trabalhar com transeuntes impõe sérias limitações à técnica da observação-participante na medida em que as condições para a verbalização não são as melhores e, principalmente, na medida em que a familiarização entre pesquisador e interlocutor é precária, quando não nula. Acrescentemos um terceiro aspecto: os usuários dos espaços urbanos poucas vezes conseguem verbalizar os seus usos, refletir sobre as variáveis mais importantes para explicá-los:
- [...] essa interrogação que poderia ocorrer em um sistema de entrevistas partiria da hipótese de que os indivíduos têm, da realidade ambiental que vivenciam, uma percepção clara e imediata. Ora, essa realidade, por ser vivenciada como hábito diário, não desperta dúvida, ao contrário, é marcada pela crença que condiciona ações rotineiras consideradas satisfatórias, o que impediria uma percepção mais crítica e informativa. É possível imaginar que, nas entrevistas, a automatização verbal levaria a uma descrição tautológica desse hábito, que impediria uma surpresa ou uma revisão ambiental. (Ferrara, 1993: p. 265).
- 36 Além dos quatro ângulos aqui propostos, que permitem o desenvolvimento de quatro técnicas de apreensão do espaço urbano, gostaríamos de acrescentar uma quinta técnica que precisaria de uma reflexão aparte: a fotografia. Salientaremos aqui, portanto, apenas alguns dos muitos aspectos abordados pelos diversos pesquisadores sobre o tema. Segundo Ferrara, a leitura dos espaços urbanos “não pode prescindir do recurso de veículos audiovisuais, notadamente a fotografia /.../ estimula a associação de ideias acionando comparações que dão à leitura dinamicidade, produção, transformação” (Ferrara, 1988: p. 17). A fotografia fixa ou congela os momentos que passam velozmente um atrás do outro diante de nossos olhos nas movimentadas e agitadas ruas do centro e,

ao fazê-lo, permite uma reflexão num outro ritmo, mais lento, sobre o que se vê. Permite re-ver e, portanto, re-pensar. É “um outro olhar que, como vimos, reconstrói, a sua maneira, o real; e que nos proporciona uma outra experiência perceptiva” (Miranda, 2001: p. 39).

- 37 A fotografia pode ser também empregada de outra forma. Pelo usuário, como uma forma de falar daquilo que, pelo hábito, torna-se difícil de verbalizar: “se for estimulado, poderá, por exemplo, fotografar espaços ambientais identificados com seu uso específico e particular.” (Ferrara, 1988: p. 77). As fotografias dos usuários e as falas ao redor das mesmas são técnicas complementares para se chegar aos significados de um espaço para o usuário.

O que o *olhar disciplinado para ver a cidade* nos leva a ver nos espaços centrais da cidade

- 38 O olhar fabricado para ver a cidade, aquele que supera as cegueiras do simples ver, e os diversos ângulos usados para olhar o espaço urbano irão nos levar, necessariamente, a captar no espaço brechas, fissuras, desníveis, descontinuidades, vazios, passagens num espaço inicialmente visto como homogêneo:

A visão – a simples visão – /.../ supõe um mundo pleno, inteiro e maciço, e crê no seu acabamento e totalidade /.../ Tudo se compõe, então, numa coesão compacta e lisa, indefectível... Já o universo do olhar tem outra consistência. O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronta constantemente com limites, lacunas, divisões e alteridade, conforma-se a um espaço aberto, fragmentado e lacerado /.../ E o impulso inquiridor do olho nasce justamente desta descontinuidade, deste inacabamento do mundo... o olhar pensa; é a visão feita interrogação. (Cardoso, 1988: p. 349)

- 39 Ver a cidade com este olhar fabricado supõe, pois, ver micro-espaços. Esse é seu primeiro produto, que, etnograficamente, poderá ser descrito de forma densa. Na pesquisa na Avenida Sete que deu lugar a estas reflexões metodológicas, o olhar disciplinado para ver a cidade e os diversos ângulos propostos para exercer este olhar, nos permitiram a enxergar seis micro-espaços na Avenida, cada um deles marcado por usos e contextos diferenciados: um espaço familiar, um espaço de circulação, um espaço de parada, um espaço de passagem, um espaço de saúde e um espaço de saída (CARVALHO FILHO e Montoya Uriarte, 2013).
- 40 Entretanto, para quem acredita que fazer antropologia é mais do que fazer descrições densas, um segundo produto se faz necessário: entender esses micro-espaços. Para entender os micro-espaços é preciso um marco teórico dentro do qual a complexidade da produção e reprodução do espaço seja abordada. O autor-chave é aqui, certamente, Henri Lefebvre, principalmente em sua produção do espaço (1974), no qual ele propõe uma trilogia de conceitos: espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido. A ideia central que tomamos de Lefebvre é que os espaços não são dados, são produzidos cotidianamente mediante práticas que chamamos de usos. São os usos que configuram os espaços vividos, isto é, os espaços dos usuários e suas performances cotidianas em espaços concretos. Os usos reiteram ou modificam, parcial ou completamente, o espaço concebido pelos planejadores, aquele espaço abstrato pensado para reproduzir o poder. Assim, as

calçadas, feitas para os transeuntes andarem até seus destinos particulares, tornam-se muitas vezes espaços vividos, ou seja, usados de múltiplas formas, transformando-se em palcos para diversas encenações. É preciso pesquisar quais são esses usos para entender um espaço, daí porque este autor afirmou que ciência do espaço tem de ser, uma ciência dos usos e os produtores do espaço (urbanistas, arquitetos, planejadores) devem se tornar sensíveis a esses usos e seus usuários.

- 41 Assim, olhar disciplinado para ver a cidade-consciente, perseverante, sensível e capaz de estranhar- detecta micro-espacos, que, seguindo Lefebvre, são tais devido a seus usos: são eles que “marcam” os espacos, que os informam e os tornam legíveis, suscetíveis de serem apreendidos para aqueles que se esforçam para isso. É estudando os usos que podemos ouvir o espaco: os usos são, pois, a fala do espaco. Em palavras de Lucrécia Ferrara, “usos e hábitos constituem a manifestação concreta do lugar urbano, na mesma medida em que o lugar é manifestação concreta do espaco” (Ferrara, 1993: p. 153).
- 42 Com efeito, no Brasil, Lucrécia Ferrara tem enfatizado a importância de estudar os usos e os usuários dos espacos:

[...] admitir o usuário como força que interfere no ambiente pelo uso que faz dele, admitir que esse uso é um modo de agir criticamente, impondo a transformação do próprio ambiente supõe admitir que os aspectos puramente técnicos da cidade construída para a sociedade de consumo podem se converter, pelo uso, em instrumentos de crítica. (Ferrara, 1988: p. 54).
- 43 Encontramos nos trabalhos de percepção semiótica ambiental desta autora (Ferrara, 1988; 1993) um importante complemento para a nossa proposta. Ferrara tem se ocupado de entender (ler) a cidade mediante algumas variáveis, dentre as quais salientamos o uso – já proposto por Lefebvre antes – e o contexto, que aqui queremos frisar. O que esta autora salienta é que os usos não são aleatórios, eles respondem em grande medida a um contexto que é “o conjunto de circunstâncias físicas e sociais que interferem num uso.” (Ferrara, 1988: p. 57). O ambiente tem formas, materiais, tons, cheiros, luminosidade, imaginabilidade, memórias coletivas e individuais e presença de determinados equipamentos que, em seu conjunto, propiciam certos usos e desmotivam outros. A variável do contexto se torna, desta maneira, indispensável para chegarmos a uma Antropologia da cidade, na qual o espaco se torna parte constitutiva do recorte de análise e não mero cenário.
- 44 Após entender os usos, é preciso uma última etapa na pesquisa: após separar, voltar a unir o conjunto. Trata-se de reunir os micro-espacos e entendê-los no conjunto que formam. Reunir não é tarefa fácil. Como Edgar Morin já apontou, “nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar e, não, a unir os conhecimentos, [assim] o conjunto deles constitui um quebra-cabeças ininteligível” (Morin, 2000: p. 42).
- 45 Trata-se de reunir os fragmentos não para demonstrar a função de cada parte (como o funcionalismo faria), mas ver o todo num outro formato que não o da coerência e homogeneidade com que os espacos costumam aparecer aos nossos olhos.
- 46 Ulf Hannerz (1986) já se referiu à cidade não como um mosaico – metáfora proposta por Robert Park no início das reflexões sobre a cidade – mas como um caleidoscópio. Mais do que espacos circunscritos e visíveis, os espacos urbanos são fluídos e mutantes e o conjunto está, por tanto, sempre mudando. No entanto, por trás destas imagens variadas, parece-nos que pode aparecer um holograma: vista a partir de um olhar específico, de ângulos variados e à luz de seus usos e contextos, a Avenida aparece em sua totalidade ao pesquisador. Não uma totalidade coerente, mas uma totalidade-diversidade: um espaco de

micro-espços, que coexistem um ao lado do outro, para além de qualquer vontade racionalista de funcionalizar e homogeneizar o espaço. Talvez seja esta a característica dos espaços centrais.

- 47 Resumindo, a proposta teórico-metodológica aqui apresentada consistiu em fabricar um olhar para ver a cidade (olhar consciente, perseverante, sensível e capaz de estranhar, que supere as formas de ver marcadas pela rotina, a velocidade, a dispersão e a baixa definição das linguagens não-verbais dos espaços urbanos), propondo exercê-lo desde ângulos diferentes: de cima, de baixo estático, de baixo em movimento e de dentro. Acreditamos que este olhar e estes ângulos nos permitem desconstruir a aparente homogeneidade ou caos dos espaços urbanos, desmontando o espaço em diversos segmentos, lugares ou micro-espços. Propomos que, após conseguir ver os lugares de um espaço determinado, é necessário passar da descrição à análise dos mesmos em função da forma como se construiu o espaço e como este passou a ser usado, além de considerar as variáveis (dentre elas o contexto) que interferem em certos usos e não em outros. Finalmente, num terceiro momento faz-se necessário remontar a unidade em sua diversidade: mostrando como coexistem, como se combinam, como se articulam os diversos lugares, revelando as relações – nem sempre simétricas, harmônicas ou congruentes – entre as partes.

BIBLIOGRAPHY

- BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente**. Pintura e experiência social na Itália da Renascença. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BESTARD, Joan e CONTRERAS, Jesús. **Bárbaros, paganos, salvajes y primitivos**. Una introducción a la Antropología. Barcelona: Barcanova, 1987.
- BERGER, J. **Modos de ver**. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.
- BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, Adauto (org). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- CARDOSO, Sérgio. O olhar dos viajantes. In: NOVAES, Adauto (org). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília / São Paulo: Paralelo 15 / Editora UNESP, 2ª. ed., 2000.
- CARVALHO FILHO, Milton Julio de e MONTOYA URIARTE, Urpi. A Avenida Sete e seus transeuntes (parte I) e Transeuntes e usos da Avenida Sete (parte II). In: **Panoramas Urbanos: usar, viver e construir Salvador**. Salvador: Edufba, 2013 (no prelo).
- CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto (org). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- CLIFFORD, James. **Itinerario transculturales**. Barcelona: Gedisa, 1999.
- FERRARA, Lucrécia. **Ver a cidade**. Cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988.

- _____. **Olhar periférico**. Informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Edusp, 1993.
- JACQUES, Paola. Elogio aos errantes. A arte de se perder na cidade. In: JEUDY, Henri Pierre e JACQUES, Paola. **Corpos e cenários urbanos**. Salvador: Edufba, PPGAU-UFBA, 2006.
- JOSEPH, Isaac. **El transeunte y el espacio urbano**. Sobre la dispersión y el espacio urbano. Barcelona: Gedisa, 2002.
- HANNERZ, Ulf. **Exploración de la ciudad**. Hacia una antropología urbana. México: Fondo de Cultura Económica, 1986
- HELENE, Otaviano e HELENE, André Frazão. “Alguns aspectos da óptica do olho humano”. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 33, n. 3, 3312, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l’espace**. Éditions Anthropos. Paris 1974.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v.17, N.49, São Paulo, junho 2002.
- MATSUSHIMA, Elton. “A questão ontológica da percepção de cor”. **Paidéia**, 2001, 11(20), 59-66.
- MARX, Karl. **O Capital**, Volume III, Tomo 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MIRANDA, Carlos Eduardo A. “Uma educação do olho: as imagens na sociedade urbana, industrial e de mercado”. **Cadernos Cedes**, ano XXI, N. 54, agosto/2001.
- MONTOYA URIARTE, Urpi. Antropologia urbana: problemas e contribuições. In: ESTEVES JUNIOR, Milton e MONTOYA URIARTE, Urpi. **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador: Edufba, 2003.
- _____. “Cronistas da cidade e cultura urbana em inícios do século XX: os *costumbristas* de Lima e João do Rio”. **PontoUrbe**, 9, ano 5, dezembro 2011.
- _____. Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. **Redobra**, Salvador, n.10. 2012.
- MORIN, Edgard. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- NÓBREGA, Terezinha. “Corpo, percepção e conhecimento em Merlau-Ponty”. **Estudos de Psicologia**, 13(2), 141-148, 2008.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar estrangeiro. In: NOVAES, Adauto (org). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ROUANET, Sérgio Paulo. O olhar iluminista. In: NOVAES, Adauto (org). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVEIRA, Fernando et.al. “O que vemos quando nos miramos em um espelho côncavo?” **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v.26, n. 1, PP,19-25, 2004.
- THEODORO, Janice. **América barroca**. Temas e variações. São Paulo: Edusp, Nova Fronteira, 1992.
- URRY, John. **O olhar do turista**. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC, Studio Nobel, 1996.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1987.

NOTES

1. James Clifford demonstra como o trabalho de campo se ergueu nesta distinção: “Enquanto prática de viagem ocidental, o trabalho de campo estava baseado numa visão histórica na qual uma parte da humanidade era inquieta e expansiva, e a outra arraigada e imóvel” (CLIFFORD, 1999: p. 103).
2. Em outra ocasião fiz uma avaliação dos problemas e contribuições da Antropologia urbana (vide MONTOYA URIARTE, 2003).
3. Uma exposição sobre o método etnográfico pode ser encontrada em Montoya Uriarte, 2012.
4. Os resultados dessa pesquisa encontram-se nos artigos “A Avenida Sete e seus transeuntes” e “Transeuntes e usos da Avenida Sete” (CARVALHO FILHO e MONTOYA URIARTE, 2013). Essa mesma pesquisa nos impulsionou a ministrar a Oficina “Observando as ruas do centro de Salvador: o transeunte do século XXI”, no marco do Corpocidade 3 - Cidade&Cultura + Experiências Metodológicas, evento sediado na Faculdade de Arquitetura da UFBA, Salvador, 23 - 27 de abril de 2012. Esta Oficina nos permitiu testar junto com 14 alunos selecionados a proposta metodológica do olhar de cima, de baixo e de dentro, apresentada nestas páginas.
5. Este artigo é mais uma proposta metodológica do que teórica. A reflexão teórica é apenas sugerida neste espaço, a sua devida formulação está ainda em construção.
6. Essa é a diferença com o olhar do turista, que, segundo Urry (1996) é também um olhar construído e reforçado, embora não por uma disciplina, mas pelos profissionais qualificados do marketing, propaganda e agências de turismo que constroem cidades-produtos a serem consumidas. Os turistas têm seus olhares organizados e sistematizados por este tipo de profissionais que os fazem buscar certos elementos visuais da paisagem e certos objetos; paisagens e objetos nos quais haja sinais de tudo o que possa ser “típico” e “autêntico” do lugar. Mais do que sinais, os antropólogos procuram indícios que possam levar a significados essenciais para as pessoas que ele pretende entender.
7. <http://www.lne.es/asturama/2012/04/11/cerebro-registra-detalles-realidad-resto-inventa/1226195.html>
8. Lembremos uma célebre frase de Marx a este respeito: “toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas se confundissem” (MARX, 1975 :196).
9. Para os interessados no tema da lentidão, recomendamos a leitura do artigo “Elogios aos errantes: arte de se perder na cidade”, de Paola Jacques (2006).
10. Remetemos o leitor interessado na visão de João do Rio sobre a rua ao artigo “Cronistas da cidade e cultura urbana em inícios do século XX: os *costumbristas* de Lima e João do Rio” (MONTOYA URIARTE, 2011). PontoUrbe, 9, ano 5, dezembro 2011.
11. Outro seria o caso se o olho humano funcionasse como a lente da máquina fotográfica: “Uma importante diferença entre a máquina fotográfica e o olho humano está na forma de se conseguir imagens nítidas no filme e na retina. A distância entre a lente de nosso olho e a retina é fixa, enquanto que na máquina fotográfica é variável. A procura de nitidez na retina se faz por variação de distância focal do cristalino, enquanto na máquina fotográfica se faz por variação da distância entre a lente e o filme. Existem animais que possuem a lente do olho com distância focal fixa, são capazes de variar a distância que a separa da retina para nela conjugar imagens nítidas. No reino animal há mais de quarenta tipos diferentes de olho!!” (SILVEIRA ET.AL, 2004 :P.6)

ABSTRACTS

Este artigo apresenta uma proposta metodológica para os antropólogos urbanos que, mesmo tendo um olhar disciplinado pela sua formação, sentem ainda dificuldades para ver espaços urbanos, isto é, saber o que olhar e como olhar. Após entender como funciona o olho e o olhar humanos, apontamos quatro dificuldades para ver a cidade e, em seguida, propomos quatro características que conformariam o que chamamos de olhar disciplinado para ver a cidade. Propõem-se, depois, quatro ângulos diferenciados desde os quais exercermos este olhar. Finalmente, o artigo aventura-se, ainda timidamente, numa proposta teórica do que fazer com o que o olhar proposto é capaz de nos mostrar.

This article presents a methodology for urban anthropologists that even taking a look disciplined by their training, they still feel difficulties to see urban spaces, that is, knowing what to look and how to look. After understanding how the human eye and the gaze, pointed four difficulties to see the city and then propose four characteristics that conformariam what we call disciplined look to see the city. We propose, then, four different angles from which we exercise this look. Finally, the article ventures, timidly, a theoretical proposal of what to do with what look proposed is able to show us.

INDEX

Keywords: look, look at the city, the city uses

Palavras-chave: olhar, olhar a cidade, usos da cidade

AUTHOR

URPI MONTOYA URIARTE

Professora adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail : urpi@terra.com.br